



FAMGOV - Fundação do Meio Ambiente de Governador Celso Ramos

Avenida Augusto Prolik, S/n, Palmas · Governador Celso Ramos/SC · CEP 88190000

Contato: famgov.sc@gmail.com · (48) 3039-7511

Declaração de Atividade Não Constante na Resolução CONSEMA 4499/2026



Verifique a veracidade das informações usando o QRcode ao lado ou acessando o endereço web abaixo:

<https://sinfat.ciga.sc.gov.br/licenca/baixar/122993/62111>

Empreendedor

Nome: PREFEITURA MUNICIPAL GOVERNADOR CELSO RAMOS

CPF/CNPJ: 82892373000189

Endereço: Praça 06 de Novembro, nº 1 - Paço Municipal, Ganchos do Meio

CEP: 88190000

Município: GOVERNADOR CELSO RAMOS

Estado: SC

Empreendimento

Construção de Praça Pública - Areia do Meio - 82892373000189

Endereço: Rua João Manoel da Costa, nº 186, Areias do Meio

CEP: 88196230

Município: GOVERNADOR CELSO RAMOS

Estado: SC

Coordenadas UTM: X 736049.48, Y 6969433.71

Descrição do Empreendimento

Responsabilidades Técnicas

DEBORAH REICHMANN FARIAS | CAU/RB: 000A571806 | RRT: SI16822175I00CT001 | Projeto arquitetônico, Projeto de arquitetura paisagística, Memorial descritivo.

Unidade de Conservação

Não atinge.

Descrição do Empreendimento

Certidão de Atividade Não Constante para imóvel com inscrição imobiliária 02.10.020.1570, em nome de Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos, no Bairro de Areias do Meio com objetivo implantação de Praça Pública com:

Quadras de vôlei de areia;

Arquibancadas;

Academia;

Parque Infantil (casinha com escorregador, circuito e escalada) – balaço – gira-gira – gangorra;

Banheiros;

Estacionamento.

Na área de implantação da Praça Pública está inserida em APP de curso d'água onde haverá a instalação de uma trilha. O empreendimento contará com o plantio de 49 mudas de árvores nativas.

Descrição e caracterização da área

Área antropizada, desprovida de cobertura vegetal, com infraestrutura urbana estabelecida, rua pavimentada, rede elétrica e de drenagem. Nas proximidades do empreendimento estão instalados equipamentos públicos e comunitários.

Parte do imóvel está inserido em Área de Preservação Permanente – APP de curso d'água, que não sofrerá intervenção com as edificações, haverá a implantação de uma trilha.

Aspectos Florestais

- 1) Área de Marinha: Não atinge
- 2) Uso de APP: Presente, haverá intervenção de baixo impacto para a instalação de um trilha.
- 3) Autorização de Corte de vegetação: Não haverá corte da vegetação.
- 4) Espécies da flora e/ou fauna ameaçadas de extinção: Não se aplica
- 5) Área verde: Não se aplica.

Análise técnica

O imóvel está localizado em áreas com infraestrutura urbana instalada onde se observada características ambientais relevantes, como Áreas de Preservação Permanente – APP de curso d'água que não sofrerá intervenção. Os documentos apresentados para a análise – as plantas com as especificações técnica acompanhadas da ART do responsável técnico pelo projeto atendem aos critérios necessários para a obtenção da DANC.

Recomendações:

1. Manter a área de APP isolada durante todo o período de instalação das edificações para evitar o carreamento de material para o interior do curso d'água;
2. Promover a recuperação de toda vegetação da área de APP com plantio de vegetação nativa e manter a área ao longo do tempo.

Conclusão

A implantação da Praça Pública não é considerada como atividade licenciável conforme Resolução CONSEMA nº 251 /2024. A DANC não é um documento autorizativo em relação a atividade proposta, devendo o requerente ser responsável pelas devidas autorizações. A presente Declaração não autoriza a supressão de vegetação, nem reforma e/ou ampliação de edificações persentes na área do imóvel.

Equipe Responsável pelo Parecer

Declaração

Conforme resolução CONSEMA nº 250/2024, art 2º, XXV - Declaração de Atividade Não Constante é o documento que declara que a atividade não integra a Listagem de Atividades Sujeitas ao Licenciamento Ambiental e, portanto, não passível de licenciamento ambiental. Esta Declaração de Atividade Não Constante (DANC), NÃO se configura como documento autorizativo para instalação, operação ou ampliação da atividade ou empreendimento.

Esta declaração está vinculada à exatidão das informações prestadas pelo empreendedor/requerente no ato do requerimento e no Parecer Técnico de número 48219/2026 .

O órgão ambiental poderá, a qualquer momento, exigir o licenciamento ambiental caso verifique discordância entre as informações prestadas e as características reais do empreendimento/atividade.

Prazo de Validade

A presente declaração foi **emitida em 07 de maio de 2026** e é **válida até 07 de maio de 2027**, observadas as condições deste documento.

Advertência

Os dados e informações apresentados são de inteira responsabilidade do empreendedor e do responsável técnico que o representa. Lembramos que a apresentação de informações ou documentos falsos é crime, ficando os responsáveis sujeitos às penalidades previstas na LEI 9.605/98, Art. 69-A. Elaborar ou apresentar, no licenciamento, concessão florestal ou qualquer outro procedimento administrativo, estudo, laudo ou relatório ambiental total ou parcialmente falso ou enganoso, inclusive por omissão: Pena - reclusão, de 3 (três) a 6 (seis) anos, e multa.

§ 1º Se o crime é culposo: Pena - detenção, de 1 (um) a 3 (três) anos.

§ 2º A pena é aumentada de 1/3 (um terço) a 2/3 (dois terços), se há dano significativo ao meio ambiente, em decorrência do uso da informação falsa, incompleta ou enganosa.

Data, local e assinantes

GOVERNADOR CELSO RAMOS, 07 de maio de 2026

GUSTAVO FERNANDES DOS SANTOS
DIRETOR DE LICENCIAMENTO

